

## Setor 11 - Introdução

# Finanças Verdes

### Descrição

Neste artigo, determinaremos que o financiamento verde visa financiar projetos de mitigação, adaptação e resiliência às mudanças climáticas, bem como ações que ajudem a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (BID, 2013). Em particular, trata-se do uso de instrumentos financeiros (títulos verdes, cartões verdes, créditos verdes, etc.) e ferramentas fiscais (benefícios fiscais) para incentivar práticas sustentáveis.

No nível local, as ferramentas utilizadas podem ser microcréditos verdes (beneficiando as empresas que produzem produtos mais limpos), cartões verdes que incentivam o consumo orgânico ou contas de poupança ecológicas que capitalizam recursos para investir posteriormente em projetos ambientalmente sustentáveis. Os créditos verdes têm benefícios através do reembolso de parte do investimento (dependendo da redução do impacto ambiental), do uso de taxas preferenciais ou da aplicação de incentivos fiscais (Chamochin, 2017). Estes instrumentos visam beneficiar projetos verdes que são aqueles que geram benefícios ambientais claros e específicos (em áreas como energia renovável, eficiência energética, transporte limpo, água ou recursos hídricos, gestão de resíduos ou agricultura sustentável). Uma ferramenta final que pode ser aplicada localmente são todas aquelas políticas fiscais que promovem esses projetos verdes ou que beneficiam usuários que consomem serviços limpos, produtos ecológicos ou que realizam reciclagem em suas casas.

### Iniciativas relevantes na Argentina

As iniciativas em nosso país estão relacionadas ao uso de políticas fiscais que beneficiem usuários ou empresas responsáveis com o meio ambiente e a promoção e facilitação do intercâmbio de conhecimentos sobre riscos ambientais e financeiros. Sob essas práticas, foram selecionados os casos da Província de Santa Fé com a "linha de crédito verde"; o Programa de Eficiência Energética de Mendoza, desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Tecnológico e Serviços Industriais (IDITS) e o Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR) do Governo da Província de Mendoza e do Ministério da Produção da Nação; e a implementação de "Benefícios Impositivos nos usos de materiais para construção sustentável" em Godoy Cruz, Mendoza.

Em menor grau, o uso de cartões de crédito ecológicos ou instrumentos financeiros locais é implementado, como pode ser visto no caso do "Eco Exchange" da cidade de Las Flores, em Buenos Aires, que ficou de fora da seleção de práticas neste trabalho.

### Programas existentes a nível nacional

Os programas são direcionados principalmente para empresas e empresários, e também para governos locais, em relação ao relacionamento com eles. Eles oferecem treinamento, assessoria técnica e monitoramento de projetos, bem como articulam e gerenciam redes de trabalho que

integram os setores público, privado e da sociedade civil. O principal objetivo dos programas é dar apoio, ferramentas tecnológicas e de gestão aos pequenos empresários e empresas locais de médio porte. Você pode citar o Programa Cidades para Empreender 2016 e PROESUS (Programa de Empreendedores para o Desenvolvimento Sustentável).

## Normas vigentes na Argentina

**Resolução 190/17 – Programa de Fomento de Bioeconomia. (2017).** Estabelece políticas para o desenvolvimento da bioeconomia que incluam linhas de ação, instrumentos de promoção e mecanismos institucionais de interação com outras áreas do governo.